

COMITÊ DA CONTA TFCA
Ata da 12ª Reunião Ordinária

Data: 1º de abril de 2016	Local: Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Sala CT-01 (primeiro andar)
Duração: 10:00 - 13:00	
Número total de participantes: 16 Número de membros titulares participantes: 5 Número de membros suplentes: 2 Número de outros participantes (secretaria e observadores): 9 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: João A. S. Seyffarth	
Pauta aprovada: 1. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária 2. Aprovação da pauta 3. Informe sobre a prestação de contas física e financeira dos projetos que finalizaram em dezembro de 2015 4. Informe sobre os processos de contratação e treinamento relativos aos 4 subprojetos aprovados da estratégia do MMA para utilização do saldo do acordo TFCA 5. Relato do saldo remanescente do acordo TFCA 6. Outros Assuntos	

I. Abertura da Reunião e anotação dos presentes

Ana Cristina Barros, Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, abre a reunião agradecendo a presença de todos. Ana Cristina solicita aos participantes que seja calibrado o tempo planejado para esta reunião, pois entende que o horário de 10:00 às 18:00 é muito extenso para os tópicos previstos. Caso seja possível fechar todos os assuntos da pauta, os participantes concordam que a reunião dure até às 13:00. Além disso, Ana Cristina solicita a João Seyffarth, também representante do MMA, que cada tópico das próximas agendas tenha um tempo previsto para debate e conclusão. Registra-se a presença de 77,77% (setenta e sete vírgula setenta e sete por cento) dos membros do Comitê e verifica-se estarem atendidos os quóruns de instalação

e deliberação, estando **presentes** os representantes membros **titulares**: 1) Governo dos Estados Unidos da América – Michael Eddy (USAID); 2) Ministério da Fazenda do Brasil – Ana Cristina Secchi; 3) Conselho Nacional de Florestas – CONAFLO – Organização não-governamental ambiental, científica, acadêmica ou de manejo florestal – Carlos Adolfo Bantel (SBEF); 4) Conselho Nacional da Biodiversidade – CONABIO – Organização científica e/ou acadêmica brasileira – Ricardo Ribeiro Rodrigues (ESALQ/USP); 5) Conselho Nacional da Biodiversidade – CONABIO – Organização não-governamental ambientalista brasileira – Marcella Santos Mostaert (ASPAN); e membros **suplentes**: 1) Ministério do Meio Ambiente do Brasil – João A. S. Seyffarth; 2) Ministério das Relações Exteriores – Thiago Cavalcanti; e **ausentes** os representantes: 1) Organização não-governamental ambiental, científica, acadêmica, voltada para o desenvolvimento de comunidades locais, ou de manejo florestal do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e 2) CONAFLO – Organização não-governamental brasileira para o desenvolvimento de comunidades locais. Estiveram também **presentes como observadores**: Mary Townswick e Maria Teresa Shlaudeman – Embaixada dos EUA; Alexandre Mancuso – USAID; Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, Rodrigo Vieira e Ana Cristina Barros – MMA; e Manoel Serrão, Daniela Leite e Mateus Almeida – Funbio.

II. Item 1 da pauta aprovada: Aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária

João Seyffarth comenta que os membros do Comitê teriam que aprovar duas Atas nesta reunião: a Ata da 7ª Reunião Extraordinária e a da 11ª Reunião Ordinária. No entanto, explica que não incluiu aprovação da 11ª RO na pauta desta reunião porque recebeu a revisão apenas dos representantes do Governo dos EUA. Dessa forma, a aprovação da Ata da 11ª RO ainda deverá ser feita por e-mail. Thiago observa que a composição do Comitê é muito dinâmica e reitera seu pedido no sentido de as atas serem aprovadas por e-mail, para que os próprios participantes possam avaliar se o teor de suas contribuições foi corretamente refletido, e que as minutas sejam enviadas poucos dias após as reuniões. Ana Cristina entende que o teor das atas pode ser debatido e aprovado de forma institucional. Os presentes concordam que as atas sejam aprovadas por *e-mail*, e que as mesmas sejam enviadas para o Comitê no prazo máximo de 7 dias úteis após as reuniões. Thiago diz que fez comentários na Ata da 7ª RE e que sua aprovação depende da incorporação desses comentários. João entrega a versão da 7ª RE já revisada. Assim, os presentes aprovam a redação da Ata da 7ª RE.

DELIBERAÇÃO 1:

1. Aprovada a redação final da Ata da 7ª Reunião Extraordinária revisada.

III. Item 2 da pauta aprovada: Aprovação da pauta

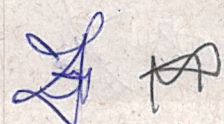
Ana Cristina comenta sobre o histórico dos debates sobre o uso do saldo da Conta TFCA e dos projetos a serem apoiados na segunda fase, e pergunta aos presentes se estão de acordo com a proposta de pauta. Todos concordam.

IV. Item 3 da pauta aprovada: Informe sobre a prestação de contas física e financeira dos projetos que finalizaram em dezembro de 2015

Daniela apresenta as demonstrações financeiras calculadas em 24/03/2016: o primeiro *slide* mostra os valores referentes ao total de entradas advindas da Conta TFCA, que soma R\$ 43.772.028,57 (R\$ 38.971.096,66 de desembolsos efetuados e R\$ 4.800.931,91 de rendimentos); o segundo mostra a previsão de saldo final após a conclusão do apoio a 82 projetos entre os anos de 2012 e 2015 (Fase 1 do TFCA), que totaliza R\$ 3.847.387,26; terceiro o total previsto de devolução de 20 projetos da Fase 1 ainda em processo de encerramento, que é de R\$ 161.449,00 [valor esse incluído na previsão apresentada no segundo *slide*]; e o último *slide* detalha os valores executados e comprometidos, que é de R\$ 5.903.542,97, e despesas previstas até 1º de abril de 2016, R\$ 91.988,52, ambos referentes a "outros custos" (i.e. Câmara Técnica, Comitê, monitoramentos, eventos Caatinga e TFCA, publicação, auditorias, taxa administrativa e outras despesas).

V. Item 4 da pauta aprovada: Informe sobre os processos de contratação e treinamento relativos aos 4 Subprojetos aprovados da estratégia do MMA para utilização do saldo do acordo TFCA

Daniela apresenta o resumo dos 4 Subprojetos, que serão apoiados no período compreendido entre abril/16 e abril/18: "Sementes Crioulas Sementes da Vida", a ser executado pela Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul – ASDISC em um período de 24 meses, cujo valor de desembolso é de R\$ 503.020,00. O objetivo desse projeto é fortalecer o Banco de Sementes Crioulas para resgatar e multiplicar as sementes crioulas da agrobiodiversidade, preservar o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida de pequenos agricultores em especial de jovens rurais e mulheres; bem como desenvolver projetos de produção de alimentos ecológicos promovendo consciência social e sustentabilidade ambiental. O segundo projeto apresentado é o "Fortalecimento das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e das práticas produtivas para acesso aos mercados institucionais", a ser executado pela Associação do Movimento Interestadual



das Quebradeiras de Coco Babaçu- AMIQCB, em um período de 24 meses, cujo valor de desembolso é de R\$ 399.980,24. O objetivo desse segundo projeto é fortalecer as práticas de produção dos derivados do babaçu e do sistema agroflorestal para venda dos produtos nos mercados institucionais. O terceiro projeto apresentado é o "Promoção do Cadastro Ambiental Rural – CAR na APA de Pouso Alto – GO", a ser executado pelo Funbio por meio de compras e contratações, em um período de 6 meses, com o valor de R\$ 470.000,00. O objetivo do terceiro projeto apresentado é promover a melhoria da gestão territorial da APA Pouso Alto por meio da efetivação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e planejamento da paisagem. O último projeto apresentado é o "Diagnóstico do potencial de pagamento por serviços ambientais providos às Usinas Hidroelétricas de Serra da Mesa (GO) e Simplício (RJ) pela recuperação de Áreas de Preservação Permanente em sua área de drenagem", a ser executado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), no prazo de 12 meses e com valor de R\$ 685.240,00. O objetivo desse último projeto é promover o pagamento por serviços ambientais (PSA) providos às Usinas Hidroelétricas Serra da Mesa e Estreito pela recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de 89 municípios localizados em suas áreas de drenagem, totalizando 8,4 milhões de hectares. Daniela observa que a área de abrangência desse projeto foi alterada: anteriormente seriam incluídas as usinas hidroelétricas de Sobradinho e de São Francisco, e com a alteração serão as UHEs de Serra da Mesa e Simplício, conforme novo título apresentado. Ana Cristina agradece pela apresentação da Daniela e faz uma ressalva em relação ao projeto na APA de Pouso Alto – GO [terceiro projeto apresentado]: a participação da TNC foi na cessão, sem custos, de imagens de alta resolução para realização desse projeto. Ou seja, a TNC não foi beneficiária, mas apoiadora do projeto por meio da cessão gratuita das imagens. Daniela passa a apresentar o quadro com os custos totais estimados para execução dos 4 Subprojetos, considerando um saldo inicial estimado de R\$ 3.847.387,26 e rendimento de R\$ 156.969,70: (1) o custo total dos desembolsos aos 4 Subprojetos soma R\$ 2.058.240,24; (2) o custo de monitoramento está orçado em R\$ 9.395,83; (3) capacitação dos projetos R\$ 10.716,00; (4) custo de Comitê R\$ 95.700,00; (5) estudo de impacto TFCA R\$ 400.000,00; (6) auditoria Funbio R\$ 93.333,33; (7) taxa administrativa R\$ 246.988,83; e (8) outras despesas R\$ 6.336,54. Diante dessas previsões, a estimativa de saldo final da Fase 2 é de R\$ 1.083.646,19. Michael Eddy e Mancuso perguntam se esse valor aproximado de R\$ 1 milhão inclui a estimativa de sobra dos 20 projetos da Fase 1 que ainda estão em processo de encerramento e, em caso afirmativo, se é possível ter mais algum projeto da Fase 1 com sobra de valor. Daniela responde que esse valor aproximado de R\$ 1 milhão inclui os 20 projetos, e que não haverá sobra de outro projeto da Fase 1. Manoel comenta sobre possível saldo proveniente dos R\$ 400 mil orçados para a consultoria "estudo de impacto do TFCA", e entende que tal saldo poderia ser direcionado aos projetos da segunda fase, como um acréscimo, caso demonstrem boa execução. Mancuso discorda dessa expectativa de saldo, com base na experiência da



USAID, dizendo que uma análise robusta de impacto costuma ser custosa. Scaramuzza pergunta sobre o atual orçamento dessa consultoria. Manoel responde que está entre R\$ 250-300 mil. Ana Cristina sugere seja definido o uso desse eventual saldo, para que a alocação dos recursos e conseqüente contribuição para as finalidades do TFCA sejam otimizadas. Michael entende que a palavra "impacto" deve ser substituída no escopo da consultoria, pois não há uma linha de base no âmbito do TFCA. Diante dessas duas considerações, Scaramuzza sugere um debate sobre o uso/substituição desse termo no escopo da consultoria e o real uso dos 400 mil reais. Manoel observa que já existe um TdR para essa consultoria, e reconhece que deve ser feito um debate sobre a nomenclatura. Scaramuzza pergunta como se chegou ao custo menor de R\$ 250-300 mil. Manoel explica que foi por causa de uma análise mais aprofundada da proposta dessa consultoria, que é analisar a diversidade e os efeitos dos projetos apoiados. Scaramuzza e Ricardo sugerem que o valor orçado para a consultoria seja reduzido para 250 mil reais e que o uso da diferença de 150 mil reais seja definido nesta reunião. Além disso, Ricardo sugere que a nomenclatura do título do trabalho seja substituída para "avaliação dos resultados do TFCA". Ana Cristina comenta que a proposta dessa consultoria é muito interessante, pois além de apresentar números referentes a valores investidos, também inclui apresentação do benefício/apoio sobre hectares conservados nos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, pessoas, fauna e flora. Manoel pergunta aos presentes se o Funbio pode fazer a revisão do escopo da consultoria para, posteriormente, enviar aos participantes minuta do TdR para comentários e aprovação. João observa que foi feito um relatório de análise do apoio do TFCA no Brasil até 2014, e isso poderia auxiliar no próximo trabalho. Manoel comenta que a consultoria proposta agora é diferente, pois será mais robusta, com uma análise mais qualitativa. Ana Cristina comenta que o resultado dessa consultoria pode indicar outros caminhos que os beneficiários e até o MMA poderiam tomar. Os presentes concordam com a sugestão do Manoel de revisão e posterior envio do TdR para comentários e aprovação do Comitê.

DELIBERAÇÃO 2:

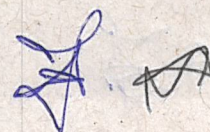
2. O Funbio irá encaminhar para os membros do Comitê o TdR da consultoria revisado, com mudança da nomenclatura e escopo, bem como ajuste no valor de R\$ 400 mil.

Diante da mudança que será feita no orçamento da consultoria, Ana Cristina observa que o saldo de R\$ 1.083 milhão apresentado pela Daniela aumenta para aproximadamente R\$ 1.2 milhão. Os participantes passam a analisar a proposta para alocação desse recurso.

VI. Item 5 da pauta aprovada: Relato do saldo remanescente do acordo TFCA

Ana Cristina inicia esse tópico ratificando seu apoio e o do MMA às duas propostas a serem apresentadas nesta reunião: contribuição ao Fórum da RedLAC que acontecerá em novembro no Brasil e projeto de fortalecimento de iniciativas comunitárias focado na Bacia do Rio São Francisco. Ana Cristina pergunta para Thiago se essas duas propostas podem ser deliberadas nesta reunião, visto que não foram anunciadas previamente. Thiago reitera sua solicitação para que as propostas de deliberação sejam encaminhadas aos participantes antes das reuniões. Essa solicitação é para que os respectivos órgãos representados tenham tempo suficiente para a deliberação interna e a tomada de decisão de maneira institucional (conforme sugerido por Ana Cristina no item 1 da pauta). Thiago recorda que o jurídico do MRE indicou, em nota, que o Acordo TFCA não seria, de fato, um acordo internacional, mas sim uma operação externa de natureza financeira, tendo sido celebrado no âmbito das atribuições do Ministério da Fazenda. Com essas ressalvas, Thiago diz não estar em posição de apoiar ou se contrapor a uma eventual decisão sobre uso/destinação de recurso. No entanto, observa que o Comitê pode deliberar por maioria e, na eventual abstenção do voto do MRE, ainda é possível aprovar as propostas apresentadas nesta reunião. Michael entende ser totalmente justificável a posição do Thiago de preferir levar as propostas para revisão e posterior deliberação. Além disso, e diante da relação conhecida entre o TFCA e a RedLAC, Michael diz que a primeira proposta a ser apresentada nesta reunião é apropriada para fortalecimento dos fundos da RedLAC. No entanto, seguindo o *modus operandi* de encaminhamentos anteriores, também prefere que as propostas sejam enviadas digitalmente para decisão posterior do Comitê. Ana Cristina concorda com essa posição, mas solicita que seja apresentado o conceito das propostas para que o Comitê possa conhecê-las e decidir se leva para posterior deliberação. Manoel passa a apresentar a proposta de apoio à XVIII Assembleia RedLAC, que está prevista para acontecer de 01 a 04 de novembro de 2016 em Brasília. Manoel contextualiza a RedLAC, Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe: criada em 1999, a RedLAC reúne líderes em desenvolvimento sustentável na região. Desde o surgimento, já gerenciou mais de US\$ 2 bilhões em fundos patrimoniais e extinguíveis e apoiou cerca de 1.500 unidades de conservação em 105 milhões de hectares. O foco da RedLAC é o fortalecimento dos Fundos Ambientais da América Latina e Caribe, e acabou sendo replicada na Rede Africana CAFÉ. A RedLAC promove capacitação continuada e iniciativas de cooperações sul-sul entre fundos. Manoel explica que o Fórum da RedLAC é anual, e atualmente reúne 21 fundos de 16 países. No Fórum de novembro, serão 3 dias de troca de experiências. A pauta do Fórum inclui temas como "O Futuro do Financiamento Ambiental", "Mudanças Climáticas", "Relações com o setor privado", "Obrigações Legais", "Eficiência de Gestão", "Comunicação e Conservação". Manoel comenta que a RedLAC é fundamental para reduzir a curva de aprendizagem entre diferentes fundos ambientais. Além disso, diz que a RedLAC tem uma grande

importância para entendimento das diversas contas TFCA no mundo, principalmente em um contexto de encerramento de contas sem definição específica da utilização de eventuais sobras. Manoel diz que o Fórum seria uma ótima plataforma para divulgação dos resultados do TFCA Brasil, promovendo intercâmbio de lições aprendidas e melhores práticas junto a gestores de fundos e seus financiadores. O "Orçamento previsto para Assembleia" é circulado entre os participantes. Thiago pergunta se o evento já aconteceria sem o apoio do TFCA Brasil. Manoel responde que na atual conjuntura econômica, é bem provável que esse evento não aconteça da forma proposta e nos moldes necessários para troca de experiência mais aprofundada. Thiago pergunta se a proposta é no sentido de o TFCA arcar com os custos integrais do Fórum. Manoel responde que não, pois o TFCA arcaria com os custos específicos listados na tabela fornecida aos presentes. Existem custos adicionais, segundo Manoel, que não estão na tabela e se referem a deslocamento e hospedagem de outros participantes. Michael comenta que o Fórum pode ser uma oportunidade para chamar atenção do mundo para problemas ambientais e da importância de ter a participação de pessoas relevantes do meio ambiental, como a Ministra Izabella Teixeira. Ricardo pergunta se poderia haver um apoio reduzido do TFCA, e sugere que as contrapartidas da proposta sejam evidenciadas. Ana Cristina comenta que o TFCA é fruto de uma engenharia financeira sofisticada voltada para conservação do meio ambiente, e é como um "irmão" da RedLAC, tendo em vista, por exemplo, que 9 fundos da RedLAC foram originados do mecanismo TFCA. Com essas ponderações, Ana Cristina pergunta aos presentes se o TFCA deveria realmente buscar contrapartida para o evento. Além disso, Ana Cristina comenta sobre a importância de se fazer uma interação entre as questões levantadas no Fórum da RedLAC com os debates do 7º ciclo de planejamento do GEF que acontecerá 1 mês antes do Fórum. Seria uma oportunidade, segundo Ana Cristina, de se debater no Fórum temas e estratégias para consolidação do GEF 7, que acontece daqui a dois anos. Ricardo concorda com os comentários da Ana Cristina, e diz que se for possível mudar a apresentação para ser um evento do TFCA, e não apenas apoio ao Fórum da RedLAC, não haveria problema de o TFCA arcar com os custos propostos. Ana Secchi endossa o comentário do Thiago acerca da necessidade de envio prévio das propostas de deliberação, e diz que não é possível ela decidir nesta reunião. Assim, também solicita que a proposta seja circulada para decisão posterior. No entanto, Ana Secchi comenta que, a princípio, não está vendo muita conexão entre o apoio proposto com o teor do Acordo TFCA. Ana Cristina concorda com essa proposta da Ana Secchi, pede desculpas pelo não envio prévio, mas esclarece que a ideia agora é analisar as duas propostas para posterior decisão do Comitê. A ideia seria enviar para os membros um documento curto e objetivo com o detalhamento da proposta de apoio ao Fórum da RedLAC, para avaliação. Para que se busque uma correlação entre o Fórum e o TFCA, Michael sugere que as conclusões da consultoria que irá avaliar os resultados do TFCA sejam levadas para o evento. Ricardo concorda com essa sugestão e diz que é fundamental, para que o Comitê possa fazer uma avaliação, de ajustes na



proposta, mostrando a contribuição do TFCA Brasil e sua conexão com a RedLAC. Scaramuzza passa a apresentar a segunda proposta para uso do saldo da Conta TFCA. As justificativas dessa proposta são (1) a não aprovação do projeto posto para análise do Comitê "Proposta Consolidação e Alinhamento de Metas Institucionais de Conservação da Biodiversidade para os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica"; (2) aproveitar a oportunidade de integração com outras iniciativas do MMA e vinculadas a serem desenvolvidas no Plano de Ação para a Bacia do Rio São Francisco; e (3) que grande parte das áreas prioritárias da Caatinga estão na Bacia do Rio São Francisco. A estratégia dessa proposta é abrir uma chamada de projetos para o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade da Bacia do Rio São Francisco. Os projetos teriam um prazo de execução de até 1 ano (set/2016 a set/2017), com valores de até R\$ 200 mil ou apenas um projeto de até R\$ 600 mil. Os objetivos da chamada são (1) desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis; e (2) integrar conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico local e regional. Ana Cristina comenta que o conceito geral está enquadrado nos objetivos do TFCA. Além disso, diz que a justificativa desse projeto em apoiar a Caatinga é muito relevante, considerando o apoio reduzido se comparado aos biomas Mata Atlântica e Cerrado durante a Fase 1. Ana Cristina sugere que sejam projetos de 24 meses, no mínimo, para que se tenha um apoio mais efetivo. Ricardo concorda com Ana Cristina, dizendo que a Caatinga tem o menor potencial de captação de apoio financeiro se comparado com os outros biomas. Além disso, Ricardo entende que essa proposta é muito bem-vinda e que já tem o seu apoio. Michael pergunta quais seriam exemplos de produtos/atividades da sociobiodiversidade da Caatinga. Scaramuzza cita a pecuária de cabra. Ricardo e João citam o caruá para a fibra, umbu e agregação de amêndoas. João sugere que a proposta seja bem definida para a Bacia do São Francisco na Caatinga, e cita dois vetores de desmatamento nesse bioma: produção de lenha e carvão para fins energéticos e a questão de promover o manejo da Caatinga para pecuária. Ricardo sugere que, mesmo focada na Bacia do São Francisco e Caatinga, a proposta seja ainda mais espacializada, pois a Caatinga é muito diversa, tendo áreas de pecuária, extração de frutos etc. Manoel comenta sobre sua experiência em editais quando trabalhava no-ISP, e sugere criação de uma linha nessa proposta para apoio a uma organização local integradora. A ideia é que tal organização fizesse um trabalho de rede, aglutinando outras instituições menores. Daniela comenta sobre a experiência do GEF Mar de contratar um consultor para fazer um apoio/análise das instituições menores. Ana Cristina pergunta se essa proposta pode ser também enviada para posterior aprovação do Comitê. Os presentes concordam em se reunir extraordinariamente para deliberação sobre as duas propostas apresentadas neste tópico. Os prazos são: (1) até 04 de maio as duas propostas serão enviadas por e-mail; e (2) a reunião extraordinária fica marcada para a terceira semana de maio, em data a ser definida ainda pelo Comitê.

DELIBERAÇÃO 3:

3. As duas propostas apresentadas nesta reunião serão enviadas para o Comitê até 04 de maio de 2016, que irá deliberar na reunião extraordinária a ser agendada para a terceira semana de maio de 2016.

Ana Cristina comenta que ainda existe um valor de saldo de 300 mil reais, cuja alocação ainda não foi debatida. A maioria dos membros delibera no sentido de que a sobra seja utilizada no edital da Caatinga.

DELIBERAÇÃO 4:

4. O valor previsto de saldo de aproximadamente R\$ 300 mil será utilizado no Edital sobre Fortalecimento de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade na Caatinga da Bacia do Rio São Francisco.

VII. Item 6 da pauta aprovada: Outros Assuntos

Não tendo outros assuntos para debate, a reunião é encerrada.

VIII. Próximos Passos

Neste item da pauta são pontuados os próximos passos definidos nesta reunião:

Ref. Pauta	Ação	Responsável	Prazo
-	Cada tópico das próximas agendas terá um tempo previsto para debate e conclusão	MMA	Próxima reunião do Comitê
1	As atas serão aprovadas por e-mail e enviadas para o Comitê no prazo máximo de 7 dias úteis após as reuniões	Comitê e Funbio	A partir de 01/04/2016
1	Aprovação da Ata da 11ª RO por e-mail	Comitê	-

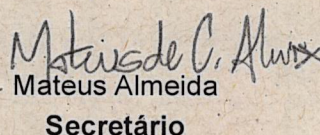
4	Encaminhamento para os membros do Comitê do TdR da consultoria revisado, com mudança da nomenclatura e escopo, bem como ajuste no valor de R\$ 400 mil	Funbio	-
5	Encaminhamento da proposta ajustada de apoio ao Fórum da RedLAC para posterior decisão do Comitê	Funbio	-
5	Encaminhamento da proposta ajustada do Edital na Caatinga para posterior decisão do Comitê	MMA	-

Resumo das deliberações:

Item da Pauta	Deliberações
1	1. Aprovada a redação final da Ata da 7ª Reunião Extraordinária revisada.
4	2. O Funbio irá encaminhar para os membros do Comitê o TdR da consultoria revisado, com mudança da nomenclatura e escopo, bem como ajuste no valor de R\$ 400 mil.
5	3. As duas propostas apresentadas nesta reunião serão enviadas para o Comitê até 04 de maio de 2016, que irá deliberar na reunião extraordinária a ser agendada para a terceira semana de maio de 2016.
5	4. O valor previsto de saldo de aproximadamente R\$ 300 mil será utilizado no Edital sobre Fortalecimento de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade na caatinga da Bacia do Rio São Francisco.

Brasília, 1º de abril de 2016.


João Seyffarth
Presidente


Mateus Almeida
Secretário